



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br

As honras da casa

O ânimo do Centrão em se debruçar sobre o semipresidencialismo vai depender da forma como o novo ministro Ciro Nogueira será recebido pelo primeiro escalão do presidente Jair Bolsonaro, incluídos aí os filhos com assento na política — 01, 02 e 03. Se o bolsonarismo-raiz sabotar o trabalho do senador na Casa Civil, as discussões em torno do semipresidencialismo prometem ganhar mais velocidade.



José Cruz/Agência Brasil - 13/8/19

CURTIDAS



Sem freios/ Grandes usuários de carros alugados, os motoristas de aplicativos estão sentindo no bolso os efeitos da fusão da Localiza, do ex-secretário especial de Privatizações Salim Mattar (foto), e da Unidas, celebrada em setembro passado. Os preços de locação de carros dispararam. Na média, subiram 23% de fevereiro a julho deste ano nas principais capitais do país.

... e embalados/ Em alguns aeroportos, como Congonhas (SP), o aumento foi de 51%. No estado de São Paulo, um quarto dos motoristas de aplicativos usam carros alugados, segundo a associação que reúne a categoria (Amasp).

Sob análise/ A fusão entre Localiza e Unidas deve ser avaliada em breve pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Segundo o consultor e economista Juan Perez Ferrés, responsável pelo levantamento, a principal causa para o aumento é a redução de frota feita pelas duas empresas. Juntas, elas têm mais de 70% do mercado, uma concentração que impacta diretamente a competitividade no setor.

Joice Hasselmann/ A deputada é a entrevistada do *CB.Poder* de hoje, 13h20, na TV Brasília e redes sociais do Correio Braziliense.

Primeira missão

Caberá a Ciro definir com Bolsonaro o valor do Fundo Eleitoral de 2022. A aposta dos aliados do senador é a de que o governo caminhe para estipular um recurso agora, de forma a sinalizar o que cabe no Orçamento para custear as campanhas. Mas o que valerá mesmo é o que estiver escrito na Lei Orçamentária do ano que vem.

O "couro" de Ciro

O desconforto dos militares, que acabam de perder agora a Casa Civil depois de perder, há alguns meses, a Secretaria de Governo, é algo que, pelo menos no momento, não preocupa o Centrão. A avaliação é a de que Ciro "tem couro grosso", não "cozinha na primeira fervura" e nem "cai com o barulho da bala". Sendo assim, podem tentar fritá-lo à vontade. Se o presidente empoderar seu novo ministro, está tudo certo.

Último suspiro

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso está por um fio na Comissão Especial e caminha para ser rejeitada. Se a manifestação do próximo domingo não obtiver um público para lá de específico, esquece. A tendência na Câmara dos Deputados é derrubar a proposta.

Mexeu com fogo

A razão agora para derrotar o projeto está na ameaça que teria sido feita ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por emissários do ministro da Defesa, Walter Braga Netto — de que, sem voto impresso, não haveria eleição. Mesmo que ele tenha negado tudo, será um argumento para a Câmara mostrar que, diante das dúvidas se houve ou não, é preciso deixar claro que a Casa não se rende a ameaças.

Por falar em Braga Netto...

Ciro vai até tentar ver se consegue evitar a convocação do ministro para explicar as tais ameaças. Quer que isso seja um gesto de confiança no governo, em especial na nova gestão da Casa Civil.

>> entrevista LUIZA FRISCHEISEN

SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

Para a integrante da PGR, os ataques ao formato eletrônico de votação feitos por Jair Bolsonaro não passam de uma estratégia para mobilizar uma parte da sociedade que acredita nisso, pois ignora o funcionamento do sistema das urnas e desconhece a história das eleições no país

“Não há prova de fraude”

» PEDRO ÍCARO*

Os ataques do presidente Jair Bolsonaro às urnas eletrônicas servem apenas “para manter em permanente conflito uma parte da sociedade que acredita nisso”. A análise é da subprocuradora-geral da República, Luiza Frischeisen, para a qual o eleitor brasileiro deveria se informar melhor a respeito do atual processo de votação e do histórico dos pleitos no país — que durante décadas foi um manancial de fraudes promovidas por donos locais de poder em conluio com setores da sociedade interessados em construir cenários vantajosos para si e para pessoas próximas, em detrimento do conjunto da cidadania.

“As pessoas precisam saber sobre a questão da urna eletrônica, como ela é auditável, como a Justiça Eleitoral acompanha, o Ministério Público Eleitoral. É importante as pessoas se informarem mais e não acreditarem em tudo que recebem por grupos de WhatsApp”, disse, ontem, em entrevista ao *CB.Poder*, programa que é uma realização do *Correio Braziliense* e da *TV Brasília*.

Luiza também analisou a decisão de Bolsonaro de reconduzir o atual procurador-geral da República, Augusto Aras, ao posto, ignorando a lista elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República — da qual ela fazia parte. Leia a seguir os principais pontos da entrevista.

Vemos o presidente atacar muito a questão das urnas eletrônicas. O Ministério Público, inclusive, abriu uma investigação contra Jair Bolsonaro por ameaçar as eleições, dizendo que, se não houver o voto auditável, não vai haver pleito em 2022. Como a senhora vê essa questão e por que depois de tanto tempo de urnas eletrônicas volta-se a falar em voto impresso disfarçado de voto auditável? Porque sabemos que as urnas eletrônicas são auditáveis.

Nós temos acompanhado o compartilhamento de provas de investigações que existem no Supremo Tribunal Federal (STF) para os processos que existem no Tribunal Superior Eleitoral sobre a campanha de 2018 e a questão da urna eletrônica. Não há prova ne-

nhuma de fraude. A Polícia Federal (PF) divulgou nota dizendo que não existe inquérito sobre isso. Inclusive o candidato perdedor em 2014 (Aécio Neves) se pronunciou também e disse que não houve nenhuma fraude. Isso acaba sendo uma estratégia para manter em permanente conflito uma parte da sociedade que acredita nisso. Há 25 anos votamos em urna eletrônica. Era importante as pessoas estudarem um pouco da história da votação. O *Coronelismo, enxada e voto*, do Victor Leal, que é um livro clássico da ciência política, falava disso. Realmente as pessoas precisam saber sobre a questão da urna eletrônica, como ela é auditável, como a Justiça Eleitoral acompanha, o Ministério Público Eleitoral; como há auditagens no

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Segundo Luiza, Aras “escolheu um caminho que é um caminho mais de observador”, de menor proatividade

início — a zeresíma — e ao fim também. Então, é importante as pessoas se informarem mais e não acreditarem em tudo que recebem por grupos de WhatsApp. Ou acreditarem em uma única fonte que tenha interesse em divulgar inverdades.

O presidente Jair Bolsonaro decidiu que o atual procurador-geral da República, Augusto Aras, será reconduzido a mais um mandato. Isso mina a credibilidade da PGR?

Não. Nós que participamos da lista — eu, o Mario Bonsaglia e o Nicolao Dino — somos de uma geração que, historicamente, construiu a lista. Participamos da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República, participamos de todas

as listas como eleitores e também de outras listas como candidatos. A gente tinha essa missão histórica de construir a lista neste ano e, também, para que exista lista em 2023, o que é importante. A lista teve um quórum enorme, de cerca de 80% da classe, o que demonstra uma adesão bem alta. Acho que a missão foi muito bem cumprida.

Quem acompanha o dia a dia do Ministério Público tem visto o procurador-geral muito alinhado ao presidente da República. Inclusive já dizem aqui em Brasília que ele “destituíu” o Geraldo Brindeiro do posto de “engavetador-geral da república”. A senhora acredita que, hoje, por esses dois anos de mandato do procurador Aras, ele real-

mente está fazendo muito mais do que o governo quer, do que deveria ser feito pelo cargo e pela constituição?

Acho que existem formas de atuação de procurador-geral da República. Acho que ele (Aras) escolheu um caminho que é um caminho mais de observador, ou seja, na parte criminal, ele não costuma ter uma atuação mais proativa, no sentido de iniciativa, normalmente ele espera representações de terceiros. Mas compreendo o exercício do cargo de procurador-geral da república como uma forma mais ativa especialmente na defesa do estado democrático de direito.

O fato de termos um procurador-geral da República

alinhado ao governo esvazia o Ministério Público?

Precisamos entender que cada membro do Ministério Público é autônomo, independente dentro da sua atribuição, e essas atribuições estão estabelecidas em lei e em atos internos. O que o Ministério Público fez, por exemplo, na questão da pandemia, tem que ser observado no conjunto das ações de todos os colegas do Ministério Público Federal, muitas vezes com os Ministérios Públicos estaduais e com defensorias públicas. Então, o Ministério Público continua atuando e cada um responde pela sua esfera de atribuição.

A senhora é a favor de impor uma quarentena para que um procurador-geral da República possa ser indicado ao Supremo Tribunal Federal?

Quando falamos da PEC da lista para procurador-geral da República, há um debate paralelo de que deve haver só um mandato com um prazo maior, de três anos ou quatro, sem direito a recondução. Ao mesmo tempo vem uma outra discussão: se deveria existir uma quarentena para o exercício de outras funções. A quarentena não é uma coisa estranha porque veja a própria Constituição: prevê a quarentena para membros do Ministério Público e para membros da magistratura quando há exoneração para atuação como advogado. Então, dependendo de onde você se exonera e onde você se aposenta, você não pode atuar.

* Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi